

Brasília-DF, 14 de maio de 2009.

Reajuste dos aposentados

Adiado para o dia 26 votação de vetos polêmicos

Mobilização agora será para dias 25 (sessão em homenagem aos aposentados) e 26. O Congresso voltará a se reunir no próximo dia 26 para examinar 14 vetos presidenciais considerados polêmicos. O Governo manobrou na noite de terça-feira e conseguiu retirar da pauta de votação os vetos mais polêmicos. O principal deles refere-se à emenda apresentada pelo Senador Paulo Paim, ainda em 2006, estendendo aos aposentados e pensionistas o mesmo reajuste de 16,67% que, à época, foi concedido ao Salário Mínimo. No mesmo ano, os aposentados receberam reajuste de apenas 5%. Com a derrubada do veto, os segurados terão direito a 11%, retroativos a 2006.

Para Robson Bittencourt, presidente da Federação dos Aposentados e Pensionistas de Minas Gerais, o “adiamento é sinal de que a pressão funcionou e que os parlamentares têm hoje consciência de que a Seguridade tem sim recursos mais que suficientes para pagar benefícios dignos”.

A Federação de Minas lotou dois ônibus para acompanhar as votações em Brasília. Um terceiro ônibus retornou a Belo Horizonte, quando já estava em Três Marias, ao recebeu a notícia da manobra governista. Segurados do INSS de todo o país estiveram hoje no Congresso, numa mobilização convocada pela Cobap – Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas.

Os ânimos estavam acirrados desde a abertura da sessão e somente se acalmaram quando o senador Paulo Paim conseguiu que o Plenário marcasse nova data para apreciar os 16 vetos retirados da pauta. Para o senador, a nova data pode favorecer o segmento, pois na votação em bloco, como realizado hoje, sua emenda poderia ser derrubada.

A Cobap e as federações de todo o Estado farão nova mobilização nacional para os dias 25 e 26. No primeiro dia haverá uma sessão especial da Câmara Federal, marcada há mais de um mês, em homenagem aos aposentados e pensionistas. “A homenagem que queremos é receber nossos direitos integrais. Queremos a coerência dos deputados, principalmente daqueles que sempre se elegeram com os votos dos trabalhadores e do povo humilde e agora, por serem governistas, abandonam todas as suas propostas”, completa Bittencourt.

[Veja abaixo transcrição da matéria da Agência Senado](#)

CONGRESSO

Adiado para o dia 26 votação de vetos polêmicos

O Congresso voltará a se reunir no próximo dia 26 para examinar 14 vetos presidenciais considerados polêmicos. Como não havia acordo sobre os temas envolvidos, esses itens foram retirados da pauta da sessão que o Congresso realizou nesta quarta-feira (13), encerrada com a votação de outros 16 vetos. Na lista dos que foram adiados, está o corte determinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em emenda incluída na medida provisória que reajustou em 16,67% o salário mínimo de 2006, para estender o mesmo percentual a aposentados e pensionistas.

Autor da emenda, o senador Paulo Paim (PT-RS) acabou concordando com a transferência do exame. Isso depois de cobrar dos líderes governistas, durante sessão marcada por acirrados debates, o compromisso para que os trabalhos não fossem encerrados sem que se definisse a data da nova sessão.

Paim defendeu ainda que os vetos retirados sejam discutidos e votados um a um, pelo sistema de painel - e não por cédulas.

Mesmo com o uso do painel, a votação continuará sendo secreta. Ainda assim, o senador acredita que o acordo obtido foi vantajoso. Segundo ele, se os vetos mais polêmicos tivessem sido apreciados junto aos demais, por votação em bloco, acabariam rejeitados - inclusive o dispositivo que se refere ao reajuste dos pensionistas e aposentados.

- Temos agora um pouquinho mais de esperança. Na votação veto por veto, indo para o debate, com argumentos contra e a favor, há muito mais chance de a gente derrubar - argumenta.

Entre os pontos retirados de pauta, está o veto total a projeto que dispõe sobre complementação de aposentadoria para servidores da Empresa de Correios e Telégrafos. O adiamento motivou manifestações de desagrado de servidores da estatal que acompanham a sessão. Outro veto integral com exame adiado atinge projeto que regulamenta a profissão de ecólogo. Mas a mobilização mais intensa nas galerias era mesmo dos aposentados, que se deslocaram de diversos pontos do país. Após os argumentos de Paulo Paim, eles pareceram menos contrariados com o adiamento.

Acusações

No Plenário, as manifestações contra e a favor da transferência eram intransigentes. Integrantes da base governista lembraram que a lista contém vetos ainda do presidente Fernando Henrique Cardoso. Para os deputados de oposição Luiz Carlos Haully (PSDB-PR) e José Carlos Aleluia (DEM-BA), alguns governistas não agiam com coerência, pois discursam em defesa das categorias que têm interesse na derrubada de vetos, como os aposentados, sem no entanto negociar com empenho junto ao governo. O deputado Ronaldo Caiado (DEM-GO) chegou a acusar o senador Paulo Paim (PT-RS) de fazer jogo duplo.

Outros saíram em apoio a Paim, como os deputados Carlos Santana (RJ) e Fernando Marroni (RS), ambos do PT, e Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP). Carlos Santana citou as dificuldades enfrentadas por quem abraça causas em favor dos trabalhadores e lembrou os tempos de militância sindical do senador. Arnaldo Faria de Sá considerou injustas as acusações, recordando a luta de Paim em defesa dos aposentados. Além de rechaçar as críticas, Marroni também negou que existam negociações "obscuras" com o governo para impedir que os vetos polêmicos sejam votados.

Livre comércio

Quanto aos 16 vetos apreciados, eles incidem sobre projetos - ou partes - que versam sobre os mais diferentes temas, como ainda a criação de novas profissões (por exemplo, desenhista), além de novas áreas de livre comércio no país. Outro prevê que instituições religiosas fiquem dispensadas de recolher a contribuição previdenciária sobre o que pagam a seus ministros ou membros de congregação. A lista inclui vetos aplicados em projetos (PLC-complementar nº 60/04 e PLC-complementar 59/04) que instituem a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

A apuração está sendo feita pela Secretaria Especial de Informática do Senado (Prodasen), com acompanhamento de integrantes da Mesa do Congresso. Na tarde de segunda-feira (11), foi concluída a apuração da primeira rodada de votação de vetos, realizada na noite do último dia 6 - sobre os quais havia concordância entre senadores e deputados. Foram mantidos todos os vetos do Executivo - **952 no total**. (grifo nosso)

Da Agência Senado

Federação dos Aposentados e Pensionistas de Minas Gerais – FAP/MG
Contatos:

Presidente: Robson Bittencourt - (31) 9804-4370
Assessoria de Imprensa: Alencar Andrade – (31) 8785-8136